

RESENHA DO LIVRO MOCAMBOS E QUILOMOMBOS: UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO NEGRO NO BRASIL

BOOK REVIEW MOCAMBOS E QUILOMOMBOS: UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO NEGRO NO BRASIL

*Raissa Rodrigues**

Referência completa da obra resenhada: Gomes, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil -1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira).

No livro Mocambos e Quilombos, publicado em 2015 pela editora Claro Enigma, Flávio Gomes pretende desdobrar a história dos quilombos, do passado e no presente, com as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos. A obra se propõe a olhar para o passado de escravização por outro viés e, partindo de uma vasta bibliografia, se debruça na tarefa de mapear alguns quilombos cujos rastros foram deixados na documentação arquivística. Gomes exemplifica estratégias de resistência, de forma ampla, relatando casos bem particulares, para que os detalhes documentados convençam o leitor de que tudo aquilo que apreenderá a respeito do período escravista no Brasil é incompleto e, muitas vezes, falso. Demonstrar a importância da resistência negra é entender a conformação de toda uma população pautada na luta, desde que nessas terras pisaram. O escamoteamento dessa história produz efeitos devastadores para essa mesma população que acaba por não ser reconhecida enquanto sujeitos ativos na busca por uma identidade, bem como na batalha histórica contra o racismo.

O processo, no Brasil, inicia-se com a formação de sociedades coloniais que tinham como base a utilização do trabalho compulsório tanto de indígenas como de (e principalmente) africanos nos séculos XVI a XIX. De origens múltiplas, indivíduos dos mais variados grupos étnicos e nações foram transformados na visão dos europeus em africanos, impondo-lhes uma homogeneidade linguística, cultural, regional e populacional que na verdade nunca existira e não existe até hoje. Ao contrário do que é geralmente posto na literatura convencional, a sociedade escravista conheceu inúmeras formas de protestos, desde insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas, até morosidade na execução de tarefas. Tudo isso num contexto de extrema violência e violação de preceitos até religiosos, se levarmos em consideração que esses negros e negras eram convertidos ao catolicismo ora antes de entrarem no navio para serem traficados, ora no momento em que pisavam em solo brasileiro. (Júlio César Medeiros. À flor da terra) Muitos dos que escapavam em toda a América, muitas vezes coletivamente, tiveram a experiência de formar comunidades, procurando se estabelecer, com base econômica e estrutura social próprias. No capítulo 'Um fenômeno hemisférico' é elucidado que essas comunidades receberam diversos nomes, tais como cumbes na Venezuela; palenques na Colômbia; na Jamaica, no Caribe inglês e no Sul dos Estados Unidos foram denominados marrons e na

Guiana holandesa, depois também no Suriname ficaram conhecidos como bush negros. No Brasil, essas comunidades ficaram conhecidas primeiramente como mocambos e posteriormente (final do século XVII) como quilombos. Fugir era uma ação muitas vezes arquitetada, não significando apenas desespero diante de castigos. Segundo Gomes, havia ocasiões consideradas propícias e muitas escapadas coletivas foram antecedidas de levantes ou motins.

Ao longo do livro, Gomes vai enumerando datas e regiões de fuga de muitos grupos pelo Brasil, muitas vezes culminando no surgimento de um quilombo, que tanto atraíam a repressão, como mais fugas para ele, o que causava preocupação e medo aos fazendeiros, imprensa, e sociedade em geral. Quilombos eram sinônimos de transgressão à ordem escravista, não era incomum que seus habitantes se agrupassem para atacar fazendas e engenhos, cooptando mais escravos, e a imprensa diariamente noticiava tais fugas e ataques. Interessante refletir sobre o motivo de tais documentações a respeito dessas insurgências serem tão pouco estudadas pela academia, o que gera uma falta de conhecimento a respeito da força e não aceitação do sistema escravocrata pela própria população descendente desse povo escravizado. O que prevalece é a figura do escravo "pai João" cantada por Chico Buarque, ou do negro da casa grande, protagonizado nas novelas de época. Ademais, leituras como Casa Grande e Senzala, obra enaltecida até hoje, que reforçam uma imagem dócil do negro escravizado, ajudam a deixar obscurecido um passado de luta. Mas a imposição da liberdade por parte dos africanos era tão latente que havia até os quilombos próximos a cidade, que chamavam-se quilombos suburbanos, nos quais eram negociados produtos de suas roças e frutas silvestres com taberneiros, viajantes e escravos de ganho.

Gomes coloca que a historiografia da escravidão no Brasil esteve mais interessada em analisar os grandes quilombos, dando pouca atenção aos pequenos quilombos que se incrustavam nos morros e encostas das cidades, que surgiam e desapareciam aos olhos das autoridades, senhores e imprensa. Tal dinamismo impedia que fossem destruídos e capturados com facilidade. É possível abordar o fenômeno dos quilombos urbanos e suburbanos a partir também da cultura urbana com os batuques, ajuntamentos, calundus e fugas intermitentes. Uma evidência aparece na terminologia "casa de quilombo" utilizada nas cidades - principalmente em Salvador e Rio de Janeiro.

Haveria sete tipos de quilombos: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviço e predadores. O crescimento populacional dos quilombos se dava também com a reprodução interna, ou seja, os nascidos no próprio quilombo e, ao contrário do que pode se supor, o mais importante em qualquer período ou local foi o não isolamento, já que no Brasil, sua proliferação se deu exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Importante ressaltar a importância das trocas comerciais feitas por escravos e quilombolas, pois, para além das conexões econômicas, circulavam também informações e culturas entre escravos de áreas urbanas e rurais de diferentes cidades.

Gomes trabalha com uma documentação que traz a luz dos debates para além da ideia de repressão. Havia uma enorme dificuldade na destruição dos quilombos e o fator geográfico foi fundamental não só para economia, ecossistema e territorialidade, mas também nos embates contra as expedições punitivas. Os quilombos eram comunidades móveis de ataque e defesa, causando temor nas autoridades, fazendeiros e até em outros escravos. Quando estavam para serem encontrados, muitas vezes migravam para outros quilombos e há registro de quilombolas usando armas como arco e flecha, pistolas e espingardas (frutos de roubos, saques e também trocas). A pesquisa de Gomes nos revela uma incrível logística de defesa. Muitos mocambos eram cercados de estacas, espécie de muralhas e falsos caminhos, como armadilhas para atrair tropas para fossos com estrepes. Isso ilustra um complexo sistema de guerra, com labirintos, saídas secretas e guaritas que deixavam as autoridades coloniais frustradas por verem seus soldados ora não encontrando nada após dias de caminhada, ora sendo surpreendidos com a engenhosidade típica do povo africano.

No capítulo 'Família, mulheres e culturas', há um importante tópico na obra do autor, embora ele não tenha se debruçado mais a respeito, que são as relações que as comunidades quilombolas estabeleciam entre homens e mulheres. Essencial identificar a oposição cosmológica das sociedades europeias/ocidentais com as sociedades africanas (ou afro-brasileiras), no que diz respeito a sua organização matriarcal, ou seja, no papel social que as mulheres desempenham, explícito no modus operandi da divisão do trabalho e posição ocupada pelas mesmas nos quilombos. Há raras notícias sobre a presença da mulher nos mocambos, sugerindo equivocadamente sua ausência ou menos importância. As narrativas costumam enfatizar as imagens depreciativas dos habitantes de quilombos como ladrões, fujões e assassinos, e pouco narram sobre os arranjos familiares e as funções das mulheres. Vale lembrar neste momento que toda narrativa sobre a existência dos mocambos e quilombos são de origem externa a eles, ou seja, o ponto de vista de quem conta deve ser sempre levado em consideração, pois, não há descrição feita pelos próprios quilombolas, mas sim por quem queria destruí-los. É importante identificar o lugar de fala das narrativas, pois, ele em si já é um ponto digno de nota. Cabia as mulheres, por exemplo, esconder o máximo de grãos na cabeça, entre seus penteados, e escapar para as matas o mais longe possível, pois, a economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos. Há também a importante função religiosa de proteção para, por exemplo, adivinhar o momento dos ataques punitivos, a produção artesanal de utensílios e mesmo o enfrentamento diante das tropas escravistas. Da organização política sabe-se pouco, mas é sabido da existência de reis, chefes, capitães e rainhas.

Gomes também aponta para a imagem romantizada da cultura africana, que refletiria num quilombo isolado que reproduziria a África. As evidências disponíveis, no entanto, apontam para a cultura quilombola como algo adaptado nas Américas. Isto remete ao conceito de Amefricanidade proposto por Lélia Gonzales, uma das mais importantes militantes e intelectuais da questão negra e de gênero no Brasil. Amefricanidade é então conceituada como

“um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica. [O valor metodológico desta categoria] está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.” (GONZALES, 1988)

Seria uma espécie de unidade que, sem apagar a raiz africana, resgata a experiência fora da África tendo-a como central. Para Lélia seu núcleo é constituído pela cultura negra, expressando-se na gestualidade, corporalidade, cotidianidade da fala, e modos de ser que atuam de tal maneira que muitas vezes nem se tem consciência. Os quilombos de toda América são figuras fundadoras da ancestralidade mítica, representando respostas alternativas de organização social desse povo em diáspora. Para Gonzales, portanto, um pilar da Amefricanidade. Assim a cultura quilombola podia ser formada tanto de influências africanas como de reinvenções na diáspora.

Impossível não reconhecer a grandiosidade e força que os quilombos tinham, tanto que para muitos senhores, a alternativa era a tentativa de negociação. No contexto da lei de ventre livre (setembro de 1871), as autoridades tentavam negociar a rendição dos mocambeiros e fazer deles, pelo menos os nascidos nos mocambos, camponeses livres. Outras formas de resistência podem ser ilustradas no “aquilombamento por ocupação”, dentro da própria fazenda ou aquilombados que queriam ser vendidos, pois, estavam insatisfeitos com maus tratos. Há também registros de indígenas aldeados em missões que foram utilizadas para capturar fugitivos e destruir quilombos; de grupos indígenas isolados que atacavam os quilombolas temendo que sua proximidade atraísse a perseguição colonial e de quilombos formados por aliança entre fugitivos negros e indígenas.

No capítulo ‘Formas camponesas coloniais e pós-coloniais’, Gomes cita as imagens produzidas para entender os quilombos. A visão culturalista (anos 1930 a 1950), pensou os mocambos tão somente como resistência cultural, para preservação de suas identidades étnicas. Seria a África romantizada, homogênea e essencializada, descrita por autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Roger Bastide. Há também uma visão materialista (1960 e 1970), formulada às teses da benevolência da escravidão proposta por Freyre, apresentando os quilombos como a resistência escrava. Porém ambas as visões para Gomes produziram uma ideia de marginalização dos quilombos, de mundos isolados, ora da resistência cultural, ora da luta contra o escravismo, como se os quilombos não fossem elementos de um organismo social do período colonial, como se sua existência não denunciasse por si só a agência na composição da estrutura política, econômica e também cultural de toda sociedade.

Já no final do livro, é dedicado o capítulo ‘Em torno de Palmares’ para falar sobre Palmares e dar conta da sua magnitude histórica. Considerado o mais antigo e famoso mocambo do Brasil, Palmares surgiu em Alagoas, coração do Nordeste açucareiro colonial. Segundo denúncias, com certo exagero, os mocambos palmaristas alcançavam áreas das capitanias de

Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os quilombolas tanto amedrontavam como puniam os senhores de engenho que promoviam expedições punitivas contra eles. Palmaristas chegavam a cobrar tributos aos moradores das vilas e povoados e quem não colaborasse poderia ter suas propriedades saqueadas, seus canaviais e plantações incendiados e seus escravos sequestrados. As expedições para destruir Palmares foram seculares atravessando os últimos anos do século XVI até o primeiro quartel do século XVIII, porém a maioria delas sendo frustradas, chegando ao ponto de as autoridades oferecerem tratados de paz, visando o reconhecimento da autonomia dos palmaristas em troca de lealdade à coroa. Zumbi, um dos principais líderes do quilombo, foi traído, localizado e assassinado em 20 de novembro de 1695, hoje data do Dia Nacional da Consciência Negra, feriado em várias cidades brasileiras.

Os primeiros registros que temos sobre mocambos no Rio de Janeiro são de 1625. A história dos quilombos teve vários e diferentes capítulos, considerando regiões, períodos, duração, cenários, personagens, reprodução e ações. Muitos, e não só Palmares, existiram durante décadas e até mesmo séculos. Fazendeiros, autoridades e os próprios escravos sabiam que em algumas regiões havia comunidades de fugitivos (e suas várias gerações ali nascidas) longevas.

Com a abolição em 1888 não havia mais escravos, portanto, não havia mais fugitivos, mas os mocambos e quilombos continuaram a se reproduzir sem, no entanto, constarem na documentação policial e nas circulares jornalísticas. Esses quilombos que já eram micro comunidades camponesas continuaram suas atividades, migrando, desaparecendo e emergindo de norte a sul do país. As comunidades recriaram suas dimensões de suposta invisibilidade através de linguagens e culturas próprias com festas que iam do jongo às congadas e outras manifestações de uma cultura rural de base étnica e familiar. Elas foram tão estigmatizadas a ponto de seus moradores recusarem a denominação de quilombolas ou ex-escravos.

No final do século XX, essas comunidades sofreram novos ataques de setores agrários. No Brasil dos últimos anos o debate sobre reforma agrária vem se articulando com a questão racial, em particular das comunidades negras rurais e remanescente (termo que foi oficializado na constituição brasileira em 1988) de quilombos. A militância negra se apropriou do quilombo como representação política de luta contra a discriminação racial e valorização da cultura negra, agenciando essa ideia para articular a resistência e luta contra opressão. 🌱

NOTAS

*A autora cursa o último período do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente faz parte do Laboratório de Estudos de Relações Etnico Raciais (LERER) coordenado pela professora Fernanda Santos do Núcleo de Estudo de Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH). Também atua no projeto de extensão do mesmo núcleo, coordenado pelo professor Vantuil Pereira. Trabalho como voluntária no Grupo de Estudos Multidisciplinar de Ações Afirmativas (GEMAA) da UERJ.

REFERÊNCIAS

GONZALES, Lélia. "Nanny." Humanidades, Brasília, (17): 23-25, 1988.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À flor da terra :o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro / - Rio de Janeiro : Garamond : IPHAN, 2007.